



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

23/07/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Brasil perde 29 mil indústrias em seis anos

O setor industrial brasileiro perdeu 28,6 mil empresas no intervalo de seis anos, indicam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado, divulgado nesta quarta (21), integra a Pesquisa Industrial Anual (PIA) 2019. O estudo não reflete ainda os impactos da pandemia, que prejudicou a atividade econômica a partir de 2020.

Conforme o levantamento, o Brasil tinha 334,9 mil indústrias em 2013, maior nível da série histórica, com dados desde 2007. O montante passou a encolher a partir de 2014, quando a economia começou a registrar sinais de fragilidade. Houve seis quedas consecutivas até o número de empresas recuar para 306,3 mil em 2019 – dado mais recente à disposição.

A perda de 28,6 mil operações (baixa de 8,5%) vem da comparação entre os resultados de 2019 e 2013.

Desemprego deve continuar alto apesar de retomada da atividade, dizem economistas

O crescimento econômico no Brasil após a crise sanitária iniciada no no passado deve se sustentar a curto prazo, mas seu desempenho dependerá diretamente da geração de emprego, da pressão inflacionária, do risco fiscal e da manutenção das reformas, avaliaram economistas nesta quarta-feira (21) em webinar da **Folha** e do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Após o PIB (Produto Interno Bruto) favorável do primeiro trimestre, que zerou as perdas da pandemia do novo coronavírus, a perspectiva se mantém otimista, com previsão de crescimento próximo a 5% no ano, de acordo com Silvia Matos, pesquisadora do Ibre/FGV.

Para a economista, o desemprego impede uma projeção mais otimista para o desempenho econômico. A ampliação do Bolsa Família, prometida por Jair Bolsonaro (sem partido), não será suficiente para compensar as perdas do mercado de trabalho na crise da Covid-19.

“A taxa de desemprego deve ficar ainda alta, apesar de a gente observar uma melhora neste ano e no ano que vem. A geração de emprego ainda é um desafio porque muitas pessoas ficaram de fora do mercado de trabalho”, afirma.

O risco fiscal aparece como mais um obstáculo diante do limite imposto pelo teto de gastos e da necessidade de aumento da despesa pública para a recuperação.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo**, quinta-feira 22 de julho.

PARA RECEBER A SINOPSE PELO WHATSAPP, CADASTRE-SE NO NÚMERO: (13) 99711-7627

Fórum das Centrais Sindicais repudia alterações no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT

O Fórum das Centrais Sindicais, reunido virtualmente no dia 20 de julho de 2021, debateu sobre as recentes propostas de alteração do Programa de Alimentação do Trabalhador e, por meio desta Nota, vêm manifestar seu repúdio a elas.

A primeira proposta advém do relatório do Deputado Celso Sabino (PSDB-PA) apresentado no dia 13 de julho de 2021 ao projeto de lei de reforma do Imposto de Renda, prevendo o fim dos incentivos fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador a partir de 31 de dezembro de 2021.

Isso pode levar as empresas a abandonar o Programa, que será totalmente esvaziado. Consequentemente, mais de 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras não receberão mais o vale-alimentação e o vale-refeição, afetando direta e indiretamente cerca de 40 milhões de pessoas.

A segunda proposta refere-se à minuta de decreto do PAT discutida no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e que prevê a redução da faixa prioritária do Programa, ou seja, de trabalhadores que recebem até cinco salários-mínimos (R\$ 5.000,00) para trabalhadores que recebem até metade do valor máximo do salário de benefício e do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social (em torno de R\$ 3.216,00).

A mudança sugerida reduz drasticamente o público beneficiado pelo Programa. O governo, na verdade, deveria propor mudanças para atingir público maior de trabalhadores, principalmente pertencente à faixa prioritária e os que são empregados por micro e pequenas empresas, e não reduzir o número de beneficiados, ainda mais consideradas a pandemia e a realidade econômica do País.

O PAT foi criado em 1976 não como programa isolado, mas dentro de ampla agenda de políticas e programas de alimentação e nutrição no País (PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição).

Seu objetivo é fornecer alimentação adequada aos trabalhadores e às trabalhadoras, em especial àqueles mais sujeitos à deficiência alimentar, visando a melhoria de suas condições nutricionais e de saúde.

A alimentação saudável é um investimento na saúde do trabalhador, possibilita a quem trabalha realizar, de forma mais eficiente, o esforço físico, intelectual e social, necessários para o exercício de suas funções no ambiente de trabalho. Ademais, contribui até mesmo para melhorar a produtividade e para a diminuição dos acidentes de trabalho, absenteísmo e rotatividade nas empresas. O Programa, assim, traz benefícios não apenas ao trabalhador, mas também para as empresas e para o governo, beneficiando toda a sociedade.

Nesse sentido e, de imediato, as Centrais Sindicais manifestam seu repúdio às propostas sugeridas e tomarão medidas contra o fim do PAT.

Saiba mais em: **Centrais Sindicais, sexta-feira 23 de julho.**

Aposentadoria por invalidez não justifica cancelamento de plano de saúde

Assegura-se o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado, mesmo que o contrato de trabalho esteja suspenso em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez.

Assim, com base na Súmula 440 do Tribunal Superior do Trabalho, o juízo da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região negou recurso de um consórcio de empresas do setor de construção civil contra decisão de 1ª instância que o condenou a retomar o pagamento do convênio médico a um empregado aposentado por invalidez.

Saiba mais em: **Consultor Jurídico, sexta-feira 23 de julho.**